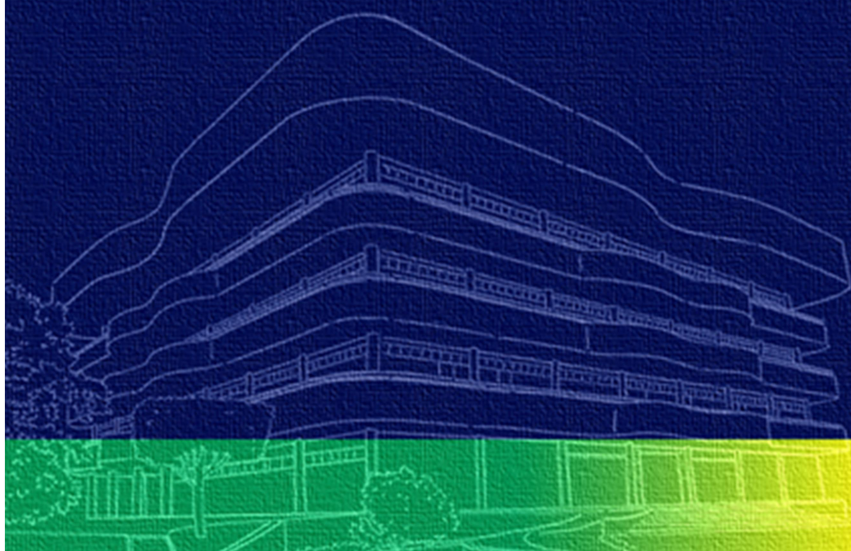


**Tribunal de Contas
do Estado do Piauí**

Relatório de Atividades

1º trimestre de 2022





Tribunal de Contas do Estado do Piauí

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiros

Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)

Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)

Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)

Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controladora Interna)

Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)

Cons. Waltânia Mª Nogueira de S. Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos

Allisson Felipe de Araújo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador Geral

José Araújo Pinheiro Júnior

Procuradores de Contas

Leandro Maciel do Nascimento

Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Plínio Valente Ramos Neto

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Secretário de Controle Externo

Luis Batista de Sousa Júnior

Secretário Administrativo

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretária das Sessões

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

Secretário de Tecnologia da Informação

Antonio Moreira da Silva Filho

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao primeiro trimestre do ano de 2022, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2020-2023, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro – ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Governança a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

LISTA DE FIGURAS

1. TCE/PI.....	07
2. MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/PI	31
3. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	40
4. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	43
5. ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA	45
6. ATIVIDADES DA CS.....	46

LISTA DE QUADROS

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	08
2. NOTÍCIAS	09
3. SESSÕES REALIZADAS.....	10
4. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS	10
5. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR.....	11
6. PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS.....	12
7. RESULTADO DE JULGAMENTO	12
8. ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS	13
9. MEDIDAS CAUTELARES.....	14
10. ATOS DE PESSOAL APRECIADOS	14
11. CERTIDÕES EMITIDAS	15
12. MULTAS E SANÇÕES APLICADAS.....	16
13. PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS	17
14. CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS	18
15. ATIVIDADES DO MPC.....	19
16. ATIVIDADES DA SECEX	21
17. ATIVIDADES DO NPDCEX	21
18. EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI.....	23
19. ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI.....	23
20. EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR.....	24
21. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR.....	25
22. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE	25
23. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE	26
24. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM	26
25. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM.....	27

26. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG	28
27. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG	28
28. EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP	29
29. ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP	30
30. CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI.....	32
31. ATIVIDADES DA GOV.....	33
32. ATIVIDADES DA SO	34
33. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	34
34. ATIVIDADES DA SF.....	34
35. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA.....	35
36. ATIVIDADES DA SC	35
37. SIAFE-PI	36
38. ATIVIDADES DA DGP.....	37
39. ATIVIDADES DA SISS.....	38
40. QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES	41
41. ATIVIDADES DA STI.....	42
42. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	44
43. SERVIÇOS DA OUVIDORIA	44
44. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS	44
45. CANAIS	44
46. ATIVIDADES DA DPL	47

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	07
1.1. Competência e Jurisdição	07
1.2. Identidade Organizacional	08
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO.....	09
3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	10
3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões.....	10
3.2. Atuação do Ministério Público de Contas	19
3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo.....	20
3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo.....	21
3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas	22
3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado	24
3.3.4. Controle no âmbito Estadual.....	25
3.3.5. Controle no âmbito Municipal	26
3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas.....	27
3.3.7. Fiscalizações Especializadas	29
4. GOVERNANÇA E GESTÃO.....	31
4.1. Gestão Estratégica.....	31
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira	33
4.3. Gestão de Pessoas	36
4.4. Gestão de Contratações.....	40
4.5. Gestão do Conhecimento	40
4.6. Gestão de Tecnologia da Informação.....	42
4.7. Controle Interno	42
4.8. Corregedoria	43
4.9. Ouvidoria	44
4.10. Comunicação.....	46
4.11. Gestão Patrimonial.....	47

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

FIGURA 1 – TCE/PI



Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se



refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. A seguir, destaca-se a nova Identidade Organizacional definida no PE 2020-2023 do TCE/PI:

QUADRO 1 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Negócio	Administração Pública
Missão	Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense
Visão	Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade
Valores	Sustentabilidade – Transparência – Ética – Inovação – Profissionalismo - Responsabilidade Social – Independência - Excelência de Desempenho – Valorização das Pessoas



2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

A seguir, constam as principais notícias veiculadas no portal do TCE/PI no primeiro trimestre de 2022:

QUADRO 2 – NOTÍCIAS

JANEIRO
Tribunal de Contas do Piauí lança a nova edição da Revista TCE
TCE-PI realiza webinar sobre o eSocial para órgãos públicos
TCE-PI realiza Campanha de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação
Órgãos discutem iniciativas para a melhoria do Arquivo Público do Estado
FEVEREIRO
TCE Piauí lança guia de orientações sobre contratações temporárias
Novos servidores tomam posse no TCE-PI
TCE-PI finaliza palestra sobre prestação de contas para gestores municipais e estaduais
TCE-PI assina acordo de cooperação técnica com TRF4
TCE-PI realiza apuração do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE)
TCE-PI discute sobre os fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados em palestra
TCE-PI lança Manual de Identidade Visual
TCE Piauí participa de discussão sobre Debates Sustentáveis e a Logística Reversa
Conselheiros são homenageados em solenidade no TRE-PI
MARÇO
Presidente do TCE-PI palestra em Sessão Especial na Academia de Letras
TCE-PI celebra 08 de março com ação pelo fortalecimento da independência feminina
TCE-PI participa de reunião do Comitê Técnico de Aperfeiçoamento Profissional do IRB
TCE-PI disponibiliza questionários do IEGM 2021
Ouvidoria do TCE-PI reduz tempo de resposta e avança no atendimento
Curso de formação sobre atualizações na legislação é realizado pela EGC
TCE-PI lança Guia de Relacionamento com a Comunicação Social
Livro sobre Inteligência Institucional e Combate à Corrupção é lançado no TCE-PI
Membros da Corte participam de curso sobre atualizações na legislação
Levantamento aponta deficiências em portais da transparência estadual
Levantamento aponta aumento de despesas na educação durante a pandemia
TCE-PI apoia levantamento do TCU sobre estrutura tributária dos municípios
Com Protocolo Web, TCE-PI ganha agilidade e eficiência no trâmite processual

Fonte: Site do TCE/PI.

3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões

A Secretaria das Sessões, cuja competência abrange a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é composta também pela Secretaria da Primeira Câmara, Secretaria da Segunda Câmara, Divisão de Acompanhamento e Controle das Decisões, Divisão Processual e Divisão de Comunicação Processual, conforme dispõe a Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

As deliberações do TCE/PI, oriundas de Plenário e Câmaras, possuem forma de acórdãos, os quais são publicados no Diário Eletrônico do TCE/PI e acessíveis através do Portal do TCE na consulta processual eletrônica. A competência do Plenário e das Câmaras encontra-se estabelecida nos artigos 74 e 82 do Regimento Interno do TCE/PI e nos artigos 8º a 11º da Resolução TCE-PI Nº 12/2019 de 08 de Agosto de 2019.

No 1º trimestre de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou 30 Sessões e apreciou 410 processos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

- **Sessões realizadas**

QUADRO 3 – SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Sessões Ordinárias	10	9	9
Sessões Administrativas	2	0	0
Sessões Especiais	0	0	0
Sessões Extraordinárias	0	0	0
TOTAL	12	9	9

Fonte: SS.

- **Número de processos julgados/apreciados pelos colegiados**

QUADRO 4 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Prestação de Contas – Gestão	03	24	23
Prestação de Contas - Governo	0	32	38
Tomada de Contas	10	01	02
Denúncia	08	32	29
Representação	06	21	22
Inspeção	25	0	02
Auditoria	09	0	0

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Monitoramento	0	0	0
Admissão	01	05	10
Inativação (Aposentadoria/Reforma/ Transf para Reserva Remunerada)	01	01	04
Pensão	01	03	01
Consulta	04	0	0
Levantamento	03	0	0
Fixação dos Índices de ICMS	0	0	0
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	0	0	0
Incidentes Processuais	01	0	0
Recurso de Reconsideração	61	0	0
Pedido de Reexame	08	0	0
Embargos de Declaração	13	0	0
Agravo	04	0	0
Pedido de Revisão	0	0	0
Termo de Ajuste	0	0	0
TOTAL	158	119	131

Fonte: SS.

▪ **Número de processos julgados/apreciados por relator**

QUADRO 5 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	TOTAL
Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva	15	-	28	43
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros	13	-	25	38
Cons.ª Waltania Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga	12	-	21	33
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho	14	28	-	42
Cons. Kleber Dantas Eulálio	15	29	-	44
Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues	12	17	-	29
Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo	13	21	-	34
Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara	17	-	32	49
Cons. Substituto Jackson Nobre Veras	16	24	-	40
Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo	31	-	27	58

Fonte: SS.

Nesse 1º Trimestre do exercício de 2022, conforme tabelas acima, houve uma média de 41 processos julgados por relator(a).

- **Pareceres prévios emitidos pelos colegiados**

QUADRO 6 – PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Plenário	0	0	0
Primeira Câmara	2	31	6
Segunda Câmara	5	27	12
TOTAL	7	58	18

Fonte: SS.

- **Responsáveis julgados em contas, por resultado de julgamento**

QUADRO 7 – RESULTADO DE JULGAMENTO

ÓRGÃO DELIBERATIVO	REGULAR	REGULAR C/RESSALVAS	IRREGULAR
Plenário	0	2	1
Primeira Câmara	10	61	12
Segunda Câmara	5	46	13
TOTAL	15	109	26

Fonte: SS.

Ressalta-se que dos processos julgados/apreciados foram gerados 170 Acórdãos e 0 Parecer Prévio para o Plenário, 160 Acórdãos e 39 Pareceres Prévios para a Primeira Câmara, e 149 Acórdãos e 44 Pareceres Prévios para a Segunda Câmara.

- **Atos normativos e notas técnicas aprovados pelo plenário**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 4º da Lei 5.888, de 2009 (Lei Orgânica do TCE/PI), pode elaborar e aprovar os atos normativos necessários à organização e a execução dos serviços que lhe competem. Ao TCE/PI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matérias inseridas em suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Ressalte-se, ainda, a expedição pelo TCE/PI de Notas Técnicas sobre as matérias inseridas em suas atribuições com vistas a orientar seus jurisdicionados, as quais também são levadas ao Plenário para aprovação.

No primeiro trimestre de 2022, o TCE/PI expediu os seguintes atos normativos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO 8 – ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS

TIPO		EMENTA
Resolução	Nº 01/2022	Altera a Resolução nº 26, de 3 de outubro de 2013, que dispõe sobre a concessão do auxílio-alimentação aos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.
	Nº 02/2022	Altera a Resolução nº 12, de 8 de agosto de 2019, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.
	Nº 03/2022	Altera a Resolução nº 30/2021, de 16 de dezembro de 2021, fixando novos índices oficiais de participação de cada município do Estado do Piauí no produto de arrecadação do ICMS para o Exercício Financeiro de 2022.
	Nº 04/2022	Altera a Resolução Nº 12/2017, para Inclusão de Representantes das Secretarias da Saúde e da Educação na Comissão de Assessoramento para o cálculo do índice de repasse do ICMS para os municípios.
	Nº 05/2022	Altera o §3º, do Artigo 259 da Resolução TCE/PI Nº 13 de 26 de agosto de 2011 - Regimento Interno do TCE-PI.
	Nº 06/2022	Altera a Resolução Nº 12/2019 – Regulamento da Secretaria do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.
	Nº 07/2022	Altera a Resolução Nº 03/2022 – que dispõe sobre o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI.
	Nº 08/2022	Regulamenta, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/PI, o disposto no § 9º do art. 25 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação reservado a mulheres vítimas de violência doméstica e a pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional, com observância das disposições da Lei nº 6.344, de 12 de março de 2013.
Instrução Normativa	Nº 01/2022	Disciplina a composição do Relatório de Gestão Consolidado e dá outras providências.
Decisão Normativa	-	-
Nota Técnica	-	-

Fonte: SS.

▪ **Decisões monocráticas com concessão de medida cautelar homologadas pelo plenário**

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de direito alheio, de risco de ineficácia da decisão de mérito, ou diante de situação específica que possa causar dano irreparável ou de difícil reparação para o interesse e/ou para o patrimônio público, o relator ou o Plenário poderá, motivadamente, determinar liminarmente medidas cautelares, com ou sem a oitiva prévia da parte, nos casos previstos nos artigos 86 e 87 da Lei Estadual nº 5.888/2009. Quando proferida pelo relator, na forma do art. 449 do Regimento Interno, a decisão deverá ser submetida ao Plenário para a apreciação da matéria na primeira sessão seguinte à sua prolação. Destaca-se que a adoção dessas medidas não

gera, necessariamente, impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, na forma da Resolução TCE/PI nº 27/2019, o TCE/PI determina o bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias em caso de ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao Tribunal de Contas, os quais são exigidos na forma da legislação aplicável, aos órgãos, entidades, pessoas e fundos sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

No primeiro trimestre de 2022, o TCE/PI registrou os seguintes dados sobre medidas cautelares proferidas e homologadas pelo Plenário, conforme quadro a seguir.

QUADRO 9 – MEDIDAS CAUTELARES

QUANTIDADE DE CAUTELARES	VALORES ENVOLVIDOS NAS CAUTELARES
35	R\$ 309.519.281,05

Fonte: SS.

Das cautelares informadas, 13 (treze) foram concedidas, especificamente, em virtude atraso/ausência de prestação de contas ao TCE/PI.

▪ **Atos de pessoal apreciados monocraticamente e pelos colegiados**

O Tribunal de Contas do Estado aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal no âmbito estadual e municipal, de aposentadoria de servidor público estadual ou municipal, de reforma e de transferência para a reserva remunerada de membro da polícia militar e do corpo de bombeiros militar e concessão do benefício da pensão por morte.

Quando os atos de admissão, de inativação, de pensão e de revisão de proventos receberem manifestações igualmente favoráveis para o seu registro pela unidade competente da Secretaria do Tribunal e pelo Ministério Público de Contas, concluindo-se pela sua legalidade, o relator poderá proferir decisão definitiva monocrática.

No primeiro trimestre de 2022 foram registrados os seguintes dados com relação a registro de atos de pessoal, conforme demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 10 – ATOS DE PESSOAL APRECIADOS

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Admissão ¹	17	1
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para	527	2

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Reserva Remunerada) ²		
Pensão ³	480	0
Revisão de proventos ⁴	16	0
TOTAL	1040	3

Fonte: SS.

¹ Dessas, 4 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 14 pelos colegiados.² Dessas, 523 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 6 pelos colegiados.³ Dessas, 476 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 4 pelos colegiados.⁴ Todas foram apreciadas monocraticamente.

▪ Certidões emitidas

A Secretaria das Sessões, na forma da Resolução TCE/PI nº 08/2014, tem a competência para gerir e disponibilizar o Sistema de Emissão de Certidões desta Corte. As certidões são solicitadas pelos interessados e disponibilizadas através do sítio oficial do Tribunal e o destinam-se aos fins especificados em sua regulamentação.

No primeiro trimestre de 2022 foram solicitadas e emitidas as seguintes certidões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 11 – CERTIDÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Ações E Serviços Públicos de Saúde	02
Adimplência	382
Apreciação das Contas	233
Despesas de Pessoal	09
Lei De Responsabilidade Fiscal	23
Manutenção E Desenvolvimento do Ensino	45
Negativa de Débitos	2729
Negativa de Inidoneidade	2911
Registro de Inativação	06
Trânsito em Julgado	06
Outras	01
TOTAL	6347

Fonte: SS.

▪ Multas e sanções aplicadas

O Tribunal de Contas do PI poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis,

no âmbito estadual e municipal, observado o devido processo legal, as sanções de multa; inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança; inabilitação para o recebimento de recursos públicos; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores promovidos pela Escola de Gestão e Controle - EGC, ou outra entidade por ela indicada; e outras sanções previstas em lei.

O Tribunal também aplicará, quando couber, na forma da legislação vigente, a imputação de débito para fins de ressarcimento e recomposição do erário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, é o setor responsável pelo acompanhamento e registro desses dados, bem como pelo parcelamento e cobrança de multas. No primeiro trimestre de 2022, a DACD informou os seguintes dados com relação às sanções e imputações de débitos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalte-se que as multas, imputações de débitos e demais sanções referem-se àquelas aplicadas em decisões definitivas / transitadas em julgado no período, bem como àquelas recolhidas / arrecadadas / ressarcidas no período, podendo referir-se a competências / exercícios anteriores.

QUADRO 12 – MULTAS E SANÇÕES APLICADAS

RESPONSÁVEIS CONDENADOS EM DÉBITO E/OU MULTADOS	
TIPO	VALOR
Multas aplicadas	228.950,00 UFR
Multas arrecadadas	11.650,00 UFR
Imputação de débitos aplicados	R\$ 8.304.951,34
Imputação de débitos arrecadados ¹	R\$ 0,00
RESPONSÁVEIS COM OUTRAS SANÇÕES APLICADAS	
TIPO	QUANTIDADE
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança	04
Inabilitação para o recebimento de recursos públicos	01
Proibição de contratação com o poder público estadual ou municipal	04
Participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores	-
Outras sanções previstas em lei	-
PARCELAMENTOS/PROCESSOS DE MULTAS E IMPUTAÇÕES DE DÉBITO	
TIPO	QUANTIDADE
Processos de parcelamento de multas	25

Processos de cobrança de multas enviados à procuradoria geral do estado para cobrança	-
Processos abertos para acompanhamento de ressarcimento ao erário	-

Fonte: SS.

¹ Dados não informados ao TCE/PI.**▪ Processos recebidos/digitalizados/atuados**

A Divisão Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o recebimento, controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal registrou, no primeiro trimestre de 2022 o recebimento, digitalização e autuação de 2.126 processos no período, conforme estatística de documentos protocolados, abaixo demonstrada.

Além dessas atividades, a Divisão Processual, no período, atuou com as seguintes atividades: atualização do cadastro de gestores estaduais/municipais no Sistema Cadastro Web; liberação de senhas por meio do sistema de Solicitação de Criação de Usuário e Senha; projeto em andamento com a fábrica de software do Sistema Gestor WEB; liberação de usuários e gerenciamento do Sistema Protocolo Web; atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos.

QUADRO 13 – PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS

TIPO	QUANTIDADE
Consultas	17
Denúncia	61
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ Reserva Remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	540
Admissão	9
Representação	110
Auditoria	15
Tomada de Contas Especial	10
Pedido de Revisão	1
Recurso de Reconsideração	56
Agravo	9
Pedido de Reexame	25
Ordens Judiciais	28
Multa	31
Monitoramento	4

TIPO	QUANTIDADE
Levantamento	6
Acompanhamento de Decisões	7
Embargos de Declaração	10
Processo Ordinário da Administração	14
Processo de Pagamento	110
Requerimentos Administrativos	1063
TOTAL	2126

Fonte: SS.

▪ Citações/notificações emitidas

A Divisão de Comunicação Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete as atividades relacionadas a citações/intimações/ciências emitidas pelo TCE/PI no exercício de suas competências registrou, no primeiro trimestre de 2022 os seguintes dados, indicando as atividades e os procedimentos desenvolvidos na área, na forma abaixo demonstrada, além da atividade contínua de realização de ofícios, controle e juntada de AR, controle de prazos, confecção de postagens, atendimento ao Jurisdicionado e apoio à Diretoria de Tecnologia da Informação no gerenciamento do Sistema E-carta.

QUADRO 14 – CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Citação/Notificação	1018
Certidões	413
Postagens	351
Editais de Citação	56
TOTAL	1838

Fonte: SS.

3.2. Atuação do Ministério Público de Contas – MPC

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional,

que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

QUADRO 15 – ATIVIDADES DO MPC

.Nº	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO				
1.0	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS/PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	31.03.22
1.1	Processos de Contas	31	34	41	52	35	31	47	46	52	50	206	213	43
1.2	Processos de Fiscalização	15	14	7	16	6	13	11	10	16	21	55	74	10
1.3	Processos de Admissão de Pessoal (Registro de Atos)	1	1	2	2	1	0	1	1	2	1	7	5	3
1.4	Processos de Inativação	305	292	271	278	2	1	245	235	282	354	1105	1160	82
1.5	Recursos e Pedidos de Revisão	39	41	23	32	17	17	32	31	29	40	140	161	14
1.6	Controle Social (Denúncias e Representações)	16	17	27	35	36	36	26	25	22	26	127	139	28
1.7	Consultas	2	3	1	1	0	0	1	1	1	1	5	6	0
1.8	Processos Administrativos	0	0	0	0	1	1	2	2	1	1	4	4	1
1.9	Outros Processos	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	1	1
TOTAL (1.1 a 1.9)		409	402	372	416	98	99	366	352	406	494	1651	1763	182

2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR	RAÍSSA	PLÍNIO	JÚNIOR	LEANDRO	MÁRCIO	TOTAL
2.1	Representações de autoria do Procurador	3	0	25	23	16	67
2.2	Recursos e Pedidos de Revisão de autoria do Procurador	1	0	0	3	1	5
2.3	Recomendações de autoria do Procurador	8	0	9	20	4	41
2.4	Encaminhamento de Denúncias recebidas pelo Procurador	3	3	12	2	3	23
2.5	Ofícios expedidos	17	0	24	40	6	87
2.6	Propostas de alteração de legislação	0	0	0	0	0	0
2.7	Incidentes de Inconstitucionalidade de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.8	Propostas Administrativas	0	0	0	0	0	0
2.9	Propostas de Orientação Jurisprudencial	0	0	0	0	0	0
2.10	Pedidos de Inspeção de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.11	Termos de Ajustamento de Gestão de autoria do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.12	Outros procedimentos de iniciativa do Procurador	0	0	0	0	0	0
2.13	Reuniões institucionais/reuniões administrativas/ reuniões de audiências de gestor/cursos/eventos	3	1	10	6	4	24
2.14	Participação do Procurador em Sessões do TCE-PI (Plenárias, Câmaras e Sessões Administrativas)	8	3	9	7	7	34
TOTAL (2.1 a 2.14)		43	7	89	101	41	281

Fonte: MPC.

3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo

Compete à Secretaria de Controle Externo (SECEX) o planejamento e a coordenação das atividades do controle externo, especialmente propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal; planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos; aprovar manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, coordenar os estudos de fixação de metas e de produtividade dos servidores efetivos lotados em suas unidades integrantes; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 16 – ATIVIDADES DA SECEX

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)	
1.	Planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Reuniões e debates referentes à construção e implantação do sistema Opala (projeto estratégico)
4.	Participação na comissão criada para estudos acerca da revisão das normas atinentes ao processo de auditoria no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
5.	Reuniões com STI para construção de sistema para recebimento de comunicações de irregularidades
6.	Participação na comissão criada para realização do processo seletivo simplificado para seleção de estagiários de nível superior (edital nº 01/2022)

Fonte: SECEX.

3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo

Compete ao Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo elaborar normas, manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; elaborar o Plano Anual de Fiscalização para ser submetido a deliberação do Plenário e executado pelas diretorias de controle externo deste Tribunal; auxiliar as unidades de fiscalização a elaboração do Plano Anual de Trabalho com base no Plano Anual de Fiscalização; auxiliar o Secretário de Controle Externo a acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das diretorias de fiscalização; obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação; disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de tecnologia da informação (soluções de TI) que darão suporte ao controle externo; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 17 – ATIVIDADES DO NPDCEx

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEx)	
1.	Subsídio a SECEX no planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Elaboração de minuta do Plano Anual de Controle Externo - 2022/2023 (https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-aprova-plano-anual-de-controle-externo-2022-2023/)
4.	Elaboração de painel/BI das multas aplicadas pelo TCE-PI
5.	Participação no Grupo de Trabalho Interinstitucional (TCE-PI, MPPI, SEMAR e Governadoria) de Resíduos Sólidos (https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-alerta-municipios-sobre-prazos-para-extincao-dos-lixoes/)

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEx)	
6.	Participação na comissão de elaboração da cadeia de valor do TCE-PI
7.	Elaboração de metodologia para acompanhamento por meio de painel/BI das metas de instrução da SECEX
8.	Padronização dos tipos de atos referentes às Diretorias e Divisões da SECEX
9.	Auxílio na elaboração do Plano Anual de Trabalho/Metas setoriais de instrução - 2022/2023 das Diretorias da SECEX
10.	Elaboração da minuta de Instrução Normativa que disciplina o Relatório de Gestão Consolidado a ser elaborado pelas entidades da Administração Estadual e Municipal
11.	Assessoramento no desenvolvimento do sistema "OPALA" de apoio ao controle externo para o TCE/PI
12.	Assessoramento no desenvolvimento do sistema de Auditoria – Módulo Relatório Contas de Governo Municipal
13.	Manutenção, assessoramento na implantação e suporte dos sistemas SAGRES-Contábil e SAGRES-Demonstrativos para os usuários internos e externos
14.	Participação em reuniões e atividades do Grupo Técnico de Alinhamento oriundo da Portaria Conjunta IRB-Atricon nº 04/2020
15.	Participação de Reunião Ordinária da CTCONF, como assessor técnico da Atricon
16.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
17.	Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do SAGRES-Folha Estadual (Projeto Estratégico nº 26)
18.	Atendimentos diversos sobre os sistemas citados a usuários internos e externos;
19.	Despachos e Informações diversos
20.	Participação em reuniões de Grupo de Trabalho, bem como respectivas atividades decorrentes, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018

Fonte: SECEX.

3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas

Compete ao Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção – NUGEI: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações

de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 18 – EXECUÇÃO DAS METAS DO NUGEI

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Elaborar matriz de risco 2022	0	2	0
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Levantamento / Monitoramento - Relatório Preliminar	1	1	1
Elaboração de Relatório de Fiscalização - Auditoria / Acompanhamento / Monitoramento - Relatório Contraditório	0	0	0
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido de ofício	0	2	4
Elaboração de Relatório Interno de Informação - Produzido sob demanda	2	0	4
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido de ofício	0	2	0
Elaboração de Relatório Externo de Informação - Produzido sob demanda	0	0	5
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido de ofício	0	0	0
Elaboração de Relatório Interno de Inteligência - Produzido sob demanda	0	0	0
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido de ofício	0	0	0
Elaboração de Relatório Externo de Inteligência - Produzido sob demanda	0	0	0
Realização excepcional de Diligência / Inspeção / Auditoria / Operação	0	2	1
Elaboração de Aplicativo Cívico	0	0	0
TOTAL	3	9	15

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 19 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DO NUGEI

NUGEI
1. Participação de servidor nas reuniões da Rede de Controle da Gestão Pública-PI
2. Participação de servidor da unidade em trabalhos da ATRICON/INFOCONTAS

NUGEI
3. Atuação como fiscal de diversos ACTs de interesse da unidade
4. Participação de servidor na Comissão para elaboração de Plano de Logística Sustentável
5. Participação de servidor na comissão de adequação do TCE à LGPD
6. Participação de servidor na gestão dos projetos estratégicos PRJ 36 e PRJ 38
7. Capacitação interna para elaboração de relatórios técnicos do NUGEI realizado na EGC
8. Atendimento, por e-mail, a diversas solicitações feitas por sindicatos de servidores públicos, CGU, MPE/PI e Delegados de Polícia Civil e Federal
9. Atendimento não presencial a cidadãos, autoridades e agentes de autoridades
10. Levantamentos internos para atendimento aos pleitos de outras unidades do TCE/PI
11. "Livro sobre Inteligência Institucional e Combate à Corrupção é lançado no TCE-PI": https://www.tce.pi.gov.br/livro-sobre-inteligencia-institucional-e-combate-a-corrupcao-e-lancado-no-tce-pi/

Fonte: SECEX.

3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado

A Divisão de Apoio ao Jurisdicionado – DAJUR, diretamente ligada à Secretaria de Controle Externo – SECEX, tendo como principal finalidade ser um canal de atendimento ao fiscalizado, atuando como facilitador no processo do controle externo, em atendimento às demandas dos jurisdicionados. Trata-se de instrumento estratégico de gestão, capaz de desafogar os setores de fiscalização, atuando na resolução rápida e eficiente de demandas dos jurisdicionados acerca dos sistemas do controle externo e da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 20 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DAJUR

ESPECIFICAÇÃO – Metas setoriais	Total Exec. 1º Trim.
Responder demandas de pronto atendimento	99
Elaborar informações	86
Elaborar documentos técnicos/pareceres (Consultas)	5
Emissão de Certidões	80
Homologação de documentos	21020
Alertas da LRF	0
TOTAL	21290

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 21 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DAJUR

DAJUR	
1.	Auxílio a jurisdicionados para resposta a questionários disponibilizados pelas unidades da SECEX

Fonte: SECEX.

3.3.4. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 22 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAE

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	3	2	2
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	11	12
Auditoria	Preliminar	Processos Novos		8	3
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	11	10	13
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	7	13	12
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21		0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	5	3	2
Denúncia	Preliminar	Processos Novos		0	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos		1	1
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	2	2	1
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	3	3	2
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	2	2	2
Representação	Preliminar	Processos Novos		0	4
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	6	5	5

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	12	11	12
TOTAL			57	71	73

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 23 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAE

DFAE
1. "TCE-PI finaliza palestra sobre prestação de contas para gestores municipais e estaduais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-finaliza-palestra-sobre-prestacao-de-contas-para-gestores-municipais-e-estaduais/
2. "TCE-PI realiza apuração do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE)": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-realiza-apuracao-do-indice-de-efetividade-da-gestao-estadual-iege/
3. "TCE-PI determina suspensão de pagamento em procedimento da SEDUC": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-determina-suspensao-de-pagamento-em-procedimento-da-seduc/
4. "Tribunal de Contas disponibiliza os questionários do IEGE 2021": https://www.tce.pi.gov.br/tribunal-de-contas-disponibiliza-os-questionarios-do-iege-2021/
5. "Levantamento aponta deficiências em portais da transparência estadual": https://www.tce.pi.gov.br/levantamento-aponta-deficiencias-em-portais-da-transparencia-estadual/

Fonte: SECEX.

3.3.5. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 24 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFAM

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Contas de Gestão	Complementar	Abertos até 31/12/21		0	1
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	270	91	50
Contas de Gestão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	12	32	30
Contas de Governo	Complementar	Abertos até 31/12/21		0	4

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	311	94	43
Contas de Governo	Preliminar	Abertos até 31/12/21	103	78	82
Denúncia	Complementar	Abertos até 31/12/21		0	1
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	35	12	4
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	33	19	23
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	11	3	2
Levantamento	Instrução	Abertos até 31/12/21	1	1	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos		2	1
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21		0	1
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	55	31	27
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21		0	3
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	25	11	9
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	28	17	22
Revisão	Preliminar	Abertos até 31/12/21	14	0	1
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	4	0	1
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Processos Novos		0	1
TOTAL			902	391	307

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 25 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFAM

DFAM
1. "TCE-PI finaliza palestra sobre prestação de contas para gestores municipais e estaduais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-finaliza-palestra-sobre-prestacao-de-contas-para-gestores-municipais-e-estaduais/
2. "TCE-PI disponibiliza questionários do IEGM 2021": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-disponibiliza-questionarios-do-iegm-2021/
3. "TCE Piauí alerta municípios sobre prazos para extinção dos lixões": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-alerta-municipios-sobre-prazos-para-extincao-dos-lixoes/

Fonte: SECEX.

3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG

desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 26 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFENG

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Acompanhamento	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	1	
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	15	14	7
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21	7	4	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos	0	1	
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	14	6	2
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21	14	7	9
Denúncia	Preliminar	Processos Novos	0	1	
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	0	1
Inspeção	Preliminar	Abertos até 31/12/21	1	1	
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	3	2	2
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	10	6	2
Representação	Preliminar	Processos Novos	0	1	
Tomada de Contas Especial	Complementar	Abertos até 31/12/21	0	1	
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	3	1	
Tomada de Contas Especial	Preliminar	Abertos até 31/12/21	6	5	3
TOTAL			75	47	32

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 27 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFENG

DFENG
1. "TCE Piauí alerta municípios sobre prazos para extinção dos lixões": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-alerta-municipios-sobre-prazos-para-extincao-dos-lixoes/

Fonte: SECEX.

3.3.7. Fiscalizações Especializadas

Compete à Diretoria de Fiscalizações Especializadas a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões especializadas, e especialmente auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações especializadas; definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações especializadas; monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações especializadas.

Na tabela a seguir, destaca-se a execução das metas definidas para o período:

QUADRO 28 – EXECUÇÃO DAS METAS DA DFESP

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Auditoria	Complementar	Abertos até 31/12/21	1	1	3
Auditoria	Contraditório	Abertos até 31/12/21	23	7	12
Auditoria	Preliminar	Abertos até 31/12/21		0	1
Auditoria	Preliminar	Processos Novos		4	2
Contas de Gestão	Contraditório	Abertos até 31/12/21	21	1	1
Contas de Governo	Contraditório	Abertos até 31/12/21	12	7	6
Denúncia	Contraditório	Abertos até 31/12/21	5	5	4
Denúncia	Contraditório	Processos Novos		0	1
Denúncia	Preliminar	Abertos até 31/12/21		0	2
Denúncia	Preliminar	Processos Novos		0	1
Inspeção	Complementar	Abertos até 31/12/21	1	1	
Inspeção	Contraditório	Abertos até 31/12/21	3	0	1
Levantamento	Instrução	Processos Novos		3	2
Monitoramento	Preliminar	Abertos até 31/12/21	19	6	1
Pedido de Reexame	Recurso	Abertos até 31/12/21	1	1	5
Recurso de Reconsideração	Contraditório	Abertos até 31/12/21	5	2	
Recurso de Reconsideração	Recurso	Abertos até 31/12/21	1	1	
Representação	Complementar	Abertos até 31/12/21	8	1	

Modalidade processual	Tipo relatório	Instauração	Estoque Inicial 2022	Total Previsto 1º Trim.	Total Exec. 1º Trim.
Representação	Contraditório	Abertos até 31/12/21	25	9	4
Representação	Preliminar	Abertos até 31/12/21	4	4	2
Tomada de Contas Especial	Contraditório	Abertos até 31/12/21	1	1	1
Admissão	Complementar	Abertos até 31/12/21	4	2	
Admissão	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	25	2	5
Admissão	Registro de ato	Processos Novos	1		
Aposentadoria	Complementar	Processos Novos	80		
Aposentadoria	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	150	60	59
Aposentadoria	Registro de ato	Processos Novos	400	171	
Pensão por Morte	Complementar	Processos Novos	80		
Pensão por Morte	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	128	56	131
Pensão por Morte	Registro de ato	Processos Novos	400	165	
Reforma	Complementar	Processos Novos	12		
Reforma	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	3	3	
Reforma	Registro de ato	Processos Novos	20		
Transferência para Reserva Remunerada	Complementar	Processos Novos	12		
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Abertos até 31/12/21	12	3	17
Transferência para Reserva Remunerada	Registro de ato	Processos Novos	20	4	
TOTAL			452	1.205	601

Fonte: SECEX.

Atividades de destaque no trimestre:

QUADRO 29 – ATIVIDADES DE DESTAQUE DA DFESP

DFESP
1. "Regimes de Previdência Municipais contrariam Emenda Constitucional 103/2019": https://www.tce.pi.gov.br/levantamento-aponta-que-regimes-de-previdencias-municipais-contrariam-emenda-103-2019/
2. "TCE-PI finaliza palestra sobre prestação de contas para gestores municipais e estaduais": https://www.tce.pi.gov.br/tce-pi-finaliza-palestra-sobre-prestacao-de-contas-para-gestores-municipais-e-estaduais/
3. "Levantamento aponta aumento de despesas na educação durante a pandemia": https://www.tce.pi.gov.br/levantamento-aponta-aumento-de-despesas-na-educacao-durante-a-pandemia/
4. "TCE Piauí lança guia de orientações sobre contratações temporárias": https://www.tce.pi.gov.br/tce-piaui-lanca-guia-de-orientacoes-sobre-contratacoes-temporarias/

Fonte: SECEX.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

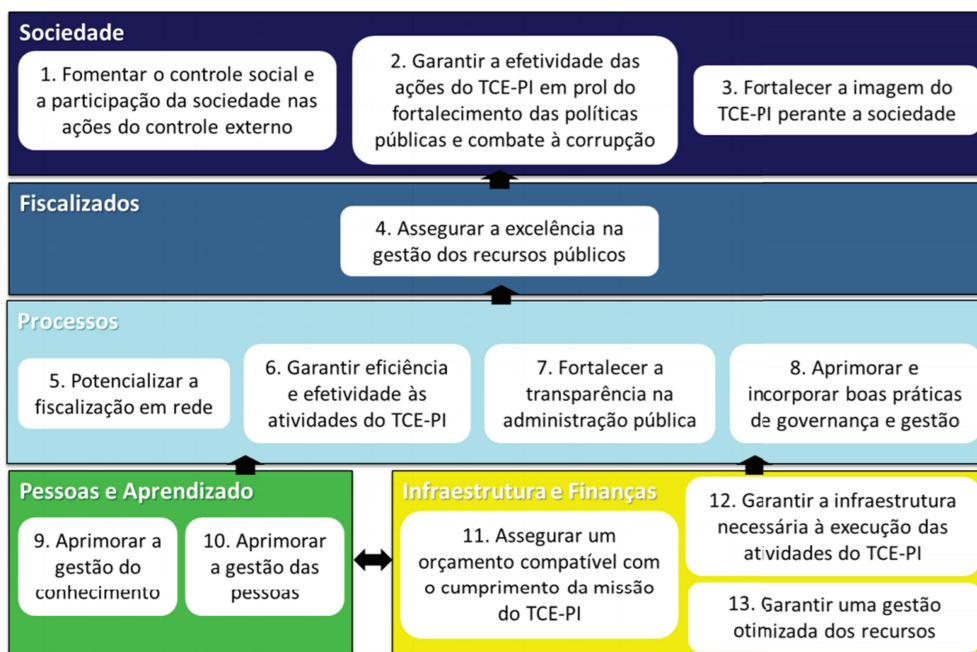
4.1. Gestão Estratégica

Considerando as transformações ocorridas interna e externamente ao TCE/PI, especialmente a reestruturação dos recursos organizacionais, humanos e gerenciais desta Corte, com o estabelecimento de novas abordagens e procedimentos para melhor atendimento às demandas da sociedade piauiense, este Tribunal decidiu redefinir a sua estratégia mediante um novo Plano, com ciclo de 4 anos e marco inicial a partir de 2020.

O PE 2020-2023 do TCE/PI foi idealizado sob um processo participativo, envolvendo todas as áreas do Tribunal, que permitiu a troca de experiências e, por consequência, promoveu uma visão mais abrangente da instituição. Ressalta-se, também, que o resultado do diagnóstico obtido com a aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD da Atricon foi imprescindível no delineamento das estratégias definidas no referido PE.

O Mapa Estratégico do TCE/PI, a seguir, referente ao ciclo 2020-2023, correlaciona os objetivos estratégicos a perspectivas, quais sejam, sociedade, fiscalizados, processos, pessoas e aprendizado, infraestrutura e finanças, a fim de garantir uma percepção uniforme das prioridades assumidas pelo TCE/PI e a convergência de ações para o alcance dessas prioridades.

FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO



Para cada objetivo estratégico estabelecido há projetos e indicadores correlacionados a fim de facilitar a implementação do Plano Estratégico, envolvendo vários setores do Tribunal. A carteira de projetos prioritários do TCE/PI para o ano de 2022, disponibilizada a seguir, conta com 22 projetos em andamento, conforme definido na Reunião de Revisão do PE 20/23, realizada em dezembro de 2021.

QUADRO 30 – CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI

PROJETO		ÁREA PATROCINADORA
PRJ 01	Sistema de tratamento e pesquisa de jurisprudência	CRJ
PRJ 03	Implantação da página de informações no novo portal do servidor	CS
PRJ 04	Aprimorar o controle interno do TCE-PI	UCI
PRJ 05	Implantação de plataforma de ensino à distância	EGC
PRJ 08	Gestão de processos	GOV
PRJ 09	Gestão de projetos	GOV
PRJ 15	Gestão por competências	SA
PRJ 17	Modernizar processos de gestão de pessoas	SA
PRJ 18	Gestão do planejamento e da gestão orçamentária	SA
PRJ 19	Aprimoramento da Gestão patrimonial do TCE/PI	SA
PRJ 20	Implantação do sistema de acompanhamento e controle de decisões do TCE-PI	SS
PRJ 22	Atualizar e aperfeiçoar sistema de cadastro web	SS
PRJ 25	Alfa - Projeto integrado de auditoria avançada	SECEX
PRJ 26	Sagres-Folha - sistema de recepção de dados de atos e despesas com pessoal do estado	SECEX
PRJ 30	Incorporar ensaios de laboratório nas rotinas de fiscalização de obras públicas rodoviárias e de mobilidade urbana	SECEX
PRJ 35	Plataforma avançada de análise de dados com realização de consulta e geração de relatório pelo próprio usuário	SECEX
PRJ 36	Data & Analytics para revelar ilícitos administrativos	SECEX
PRJ 37	Opala - Plataforma de disseminação de dados de controle de forma pública e facilmente acessível	SECEX
PRJ 39	Política de Gestão de Riscos do TCE/PI	GOV
PRJ 40	Gestão Documental	SA
PRJ 41	Modelo de Governança do TCE/PI	GOV
PRJ 42	Sistema de Registro e Acompanhamento de Atendimentos	STI

Compete à Governança – GOV fomentar e acompanhar o planejamento estratégico do Tribunal visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho institucional; auxiliar a Presidência na execução da gestão estratégica da instituição através de modernas técnicas de administração gerencial; elaborar e gerenciar o plano de diretrizes anual; monitorar o alcance das metas das unidades do Tribunal, relatando os resultados apurados; promover a realização do contínuo aperfeiçoamento do modelo de gestão por processos a ser aplicado no âmbito do Tribunal; e desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo setor de Governança do TCE/PI no trimestre:

QUADRO 31 – ATIVIDADES DA GOV

ATIVIDADES
Reunião de revisão e de definições estratégicas para o ano de 2022
Reuniões setoriais de monitoramento dos projetos estratégicos do TCE/PI
Apresentação da Carteira de Projetos prioritários para o ano de 2022
Elaboração do Relatório Trimestral de Atividades do TCE/PI referente ao quarto trimestre de 2021
Elaboração do Relatório Anual de Atividades do TCE/PI referente ao ano de 2021
Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos do TCE/PI
Acompanhamento das metas das unidades do TCE/PI
Suporte contínuo através de atendimento às unidades do TCE/PI

Fonte: GOV.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento – SO:

QUADRO 32 – ATIVIDADES DA SO

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Notas de Empenho Emitidas	200
Reservas Orçamentárias	184
TOTAL	384

Fonte: DOF.

QUADRO 33 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	148.613.261,00
II - Suplementação de Dotação	1.300.000,00
III - Disponibilidade Orçamentária	149.913.261,00
IV - Despesa Empenhada	45.203.338,92
V - Saldo dos Créditos Disponíveis ¹	104.709.922,08
VI - Despesa Liquidada	36.494.205,24
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	8.709.133,48

Fonte: DOF.

¹ Os valores informados excluem os créditos reservados em virtude da indisponibilidade destes para a execução orçamentária, compreendendo apenas o montante efetivamente disponível.

- Atividades executadas pela Seção de Finanças – SF:

QUADRO 34 – ATIVIDADES DA SF

ATIVIDADES	TOTAL
Emitir Nota de Lançamento – NL	347
Gerar a Programação de Desembolso – PD	560
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	573
Emitir Guia de Devolução (GD)	06
Emitir Guia de Recolhimento (GR)	03
Nota Patrimonial (NP)	113
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	142
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	142
TOTAL	1.886
Números de processos recebidos	232
Números de processos pagos	553

Fonte: DOF.

QUADRO 35 – MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
Saldo Do Trimestre	Anterior	Atual
Banco do Brasil - C/C 82530-1	30.803.351,91	25.991.374,16
Banco do Brasil/Caução - C/C 10086-2	13.578,38	13.836,91
Banco do Brasil/Cartão PGTO - C/C 10104-4	21.941,64	16.008,19
TOTAL TCE/PI	30.838.871,93	26.021.219,26
Banco do Brasil/F M T C 2 - C/C 114.565-7	3.340.047,08	3.428.582,77
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.850-7	563.378,26	557.513,34
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.851-5	485.014,84	576.855,08
Banco do Brasil/FMTC - C/C 10.546-5	932,72	948,85
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.015-9	376.187,77	383.350,37
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.016-7	76.656,22	78.115,75
TOTAL FMTC	4.842.216,89	5.025.366,16
TOTAL	35.681.088,82	31.046.585,42

Fonte: DOF.

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade – SC:

QUADRO 36 – ATIVIDADES DA SC

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados	239
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Suprimentos de Fundo – análise de prestação de contas	02
Suprimentos de Fundo – concessão	06
Ajuste de Pendências no SIAFE - processos de exercícios anteriores	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	283
Relatório de Gestão Fiscal 1º quadrimestre encaminhado TCE	01
Registro de Informações sobre execução contratual no CadastroWeb	03
TOTAL DE ATIVIDADES DO TCE	540
Conformidade diária – processos analisados	-

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	05
TOTAL DE ATIVIDADES DO FMTC	11
TOTAL GERAL	551

Fonte: DOF.

- Sistema SIAFE-PI:

QUADRO 37 – SIAFE-PI

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	TOTAL
Nota de Lançamento – NL	TCE	1	1	1	3
Programação de Desembolso – PD		1	1	1	3
Guia de Recolhimento – GR		3	3	3	9
Guia de Devolução – GD		0	0	2	2
TOTAL		5	5	7	17
Nota de Lançamento – NL	FMTC	1	1	1	3
Programação de Desembolso – PD		1	1	1	3
Guia de Recolhimento – GR		9	9	9	27
Guia de Devolução – GD		0	0	2	2
TOTAL		11	11	13	35

Fonte: Sistema SIAFE-PI.

4.3. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

QUADRO 38 – ATIVIDADES DA DGP

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Atos/Portarias	Nomeações para cargos efetivos	0
	Nomeações para cargos Comissão	5
	Exonerações de Cargos Efetivos	0
	Exonerações de cargos em comissão	4
	Vacância de cargos efetivos	1
	Dispensas de função de confiança	0
	Designações para função de confiança	1
	Concessões de aposentadoria	5
	Licenças prêmios concedidas	7
	Substituição de conselheiro	2
	Licenças para capacitação	20
Afastamentos de Servidores	Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	15
	Licenças maternidade	0
Utilização de Recesso Natalino	Conselheiros	1
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	24
Férias Concedidas	Conselheiros	2
	Conselheiros substitutos	2
	Procuradores do MPC	1
	Servidores	269
Interrupção/Suspensão de Férias Concedidas	Conselheiros	2
	Conselheiros substitutos	2
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	12
Abonos de Permanência Concedidos	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	1
Atendimentos de Demandas Administrativas	Informações	211
	Portarias	170
	Certidões	6
	Memorandos	42
	Declarações	15

ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Ofícios	53
	Cartão Magnético de Ponto	5
	Licenças Médicas	0
	Despachos DGP	950
	Comunicação Interna	0
	Mapa de tempo de serviço	18
	Licença para Acompanhamento	0

Fonte: DGP.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de atos clínicos realizados no período pela Seção de Serviços Integrados de Saúde – SSIS:

QUADRO 39 – ATIVIDADES DA SISS

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Serviço Ambulatorial	Verificação de pressão arterial	5
	Verificação de Glicemia Capilar	0
	Dispensação de medicamentos	62
	Curativo	1
	Administração de Medicamentos	1
	Atendimento de Emergência	0
	Pacientes Atendidos	69
Serviço Médico	Consultas	73
	Consulta Periódica	0
	Atestado Médico	0
	Atestado de Saúde	0
	Renovação de Receitas	9
	Verificação de Pressão Arterial	0
	Exame Admissional	14
	Solicitação de exames	0
	Encaminhamento	1
	Atendimento de Urgência	89
	Outros	48
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	6
	Pacientes Atendidos	186
	Homologação Atestado Médico de Servidores	304
Serviço Odontológico	Restauração	45
	Profilaxia	32



ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Exodontia	1
	Aplicação de Fluor	29
	Semiologia	0
	RX	3
	Remoção de Pontos	1
	Tartarectomia	27
	Outros	48
	Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos	1
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Pacientes Atendidos	70
Serviço Fisioterapêutico	Prevenção	0
	Tratamento	110
	Tens	107
	Ultrassom	84
	EPI	3
	Forno de Beer	15
	Bandagem	0
	Infravermelho	64
	Ondas Curtas	5
	Terapia Manual	10
	Fisioterapia Respiratória	0
	Crioterapia	80
	Exercícios Exométricos	21
	Ginástica Laboral	0
	Outros	0
	Participação na Organização de Programas de Prática de Esporte	0
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	6
	Pacientes Atendidos	110
Atividades Administrativas	Emissão de parecer	0
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	18
	Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	3
	Comunicação Interna/ Memorando	32
	Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	7
	Participação em Eventos da SSIS	1

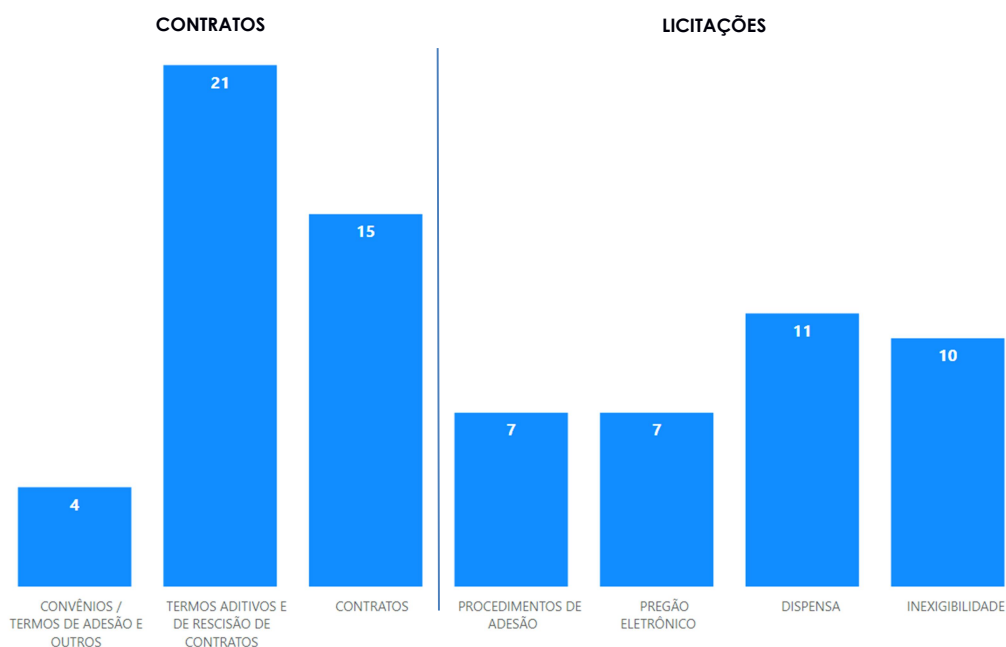
ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3

Fonte: DGP.

4.4. Gestão de Contratações

Compete à Divisão de Licitações e Contratos (DLC) coordenar as atividades referentes a procedimentos licitatórios e gestão contratual. Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Seção de Licitações no período:

FIGURA 3 – LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



Fonte: DLIC.

4.5. Gestão do Conhecimento

A Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem por objeto principal qualificar e conscientizar seus servidores, os governantes, os gestores, as equipes de apoio e assessoria das entidades jurisdicionadas, os controladores institucionais e sociais, os parceiros da rede de controle e a sociedade para o exercício da boa gestão e dos controles como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Na tabela a seguir, destacam-se as atividades de qualificação e capacitação realizadas durante o primeiro trimestre:

QUADRO 40 – QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/ EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
01	Curso Completo de Humanística (26hs), Lei de Abuso de Autoridade (8hs), Nova Lei de Improbidade Administrativa (6hs), Curso Completo de Direito Administrativo (24hs), Nova Lei de Licitações (16hs)	Curso Preparatório Iuris	80hs	01 servidor	Servidor TCE
02	Libras Básico (120hs)	INCI	120hs	01 servidor	Servidor TCE
03	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	24 meses	13 servidores	Membros e Servidores TCE
04	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	48 meses	04 servidores	Membros e Servidores TCE
05	Webinário eSocial Para Órgãos Públicos	TCE/PI	3h	766 inscrições e 1463 visualizações pelo YouTube TCE/PI	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
06	Webinário eSocial Para Órgãos Públicos	TCE/PI	3h	721 inscrições e 1555 visualizações pelo YouTube TCE/PI	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
07	Palestra Prestação de Contas 2022 - Órgãos Estaduais	TCE/PI	2h	342 inscrições e 323 visualizações pelo YouTube TCE/PI	Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
08	Palestra Prestação de Contas 2022 - Órgãos Municipais	TCE/PI	2h	376 inscrições e 797 visualizações pelo YouTube TCE/PI	Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
09	Palestra: Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	TCE/PI	2h	290 inscrições e 579 visualizações pelo YouTube TCE/PI	Membros, Servidores, Jurisdicionados e Sociedade
10	Curso de Auditoria de Políticas Públicas	TCE/PI	52h	34 Servidores	Membros e Servidores do TCE-PI
11	Gestão por Competência (40hs), Gestão Documental (30hrs), Ética e Serviço Público (20hrs) e Curso Técnicas de Memorização (40hrs)	ENAP	130hs	01 servidor	Servidor TCE
12	Curso Nova Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 14.230/21), Nova Lei de Licitação (Lei nº 14.133/21) e LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/42)	TCE/PI	16h	66 Servidores	Membros e Servidores TCE
13	Curso de Gerenciamento de Riscos no Setor Público	TCE/PI	24h	43 Servidores	Membros e Servidores TCE

Fonte: EGC.

4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Compete à Secretaria de Tecnologia da Informação – STI gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 41 – ATIVIDADES DA STI

ATIVIDADES
Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas: Licitações web, Contratos web, Sagres web e controle, Documentação web, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Serca, Controle de multas
Criação de novos relatórios internos, além de atualizações corretiva e evolutiva de outros já em produção
Modelagem de novos cubos para BI (<i>Business Intelligence</i>)
Atualização de versão de sistema operacional de diversos servidores do <i>datacenter</i> do TCE
Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
Manutenção de equipamentos do TCE-PI
Suporte aos usuários internos
Suporte aos jurisdicionados na utilização dos diversos sistemas de prestações de contas eletrônicos
Desenvolvimento de novo sistema de prestação eletrônica de contas – Sagres PC
Desenvolvimento do software para disponibilização de informações consolidadas (Opala), em conjunto com fábrica de software
Adaptações do software para coleta e monitoramento de informações junto a jurisdicionados (Capture), em conjunto com fábrica de software
Desenvolvimento do sistema Gestor Web
Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações de irregularidades
Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações Processuais
Expansão de funcionalidade de solução para registro e acompanhamento de atendimentos
Inclusão de novos modelos de certidão na solução de geração automatizada das certidões
Desenvolvimento de solução para geração automatizada de relatórios de auditoria
Configuração e disponibilização de 52 notebooks para ampliação e renovação tecnológica do TCE/PI

Fonte: STI.

4.7. Controle Interno

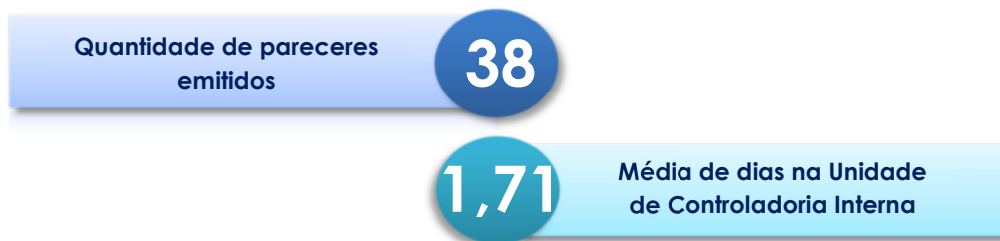
Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária,

financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se os pareceres emitidos no período:

FIGURA 4 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO



Fonte: Controle Interno.

4.8. Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

No 1º trimestre de 2022, a Corregedoria Geral, no exercício de suas competências, realizou, dentre outros, os seguintes atos:

QUADRO 42 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

ATO	OBJETO	QUANTIDADE
Memorandos	Solicitações diversas	0
Despachos	Nada Consta / Solicitação de Informações / Avaliação de Teletrabalho / CADEP	40
Fichas de avaliação	Ficha de avaliação de estágio probatório	0
Pareceres	Relatórios de Correição	0

Fonte: Corregedoria.

4.9. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

- Serviços ofertados pela Ouvidoria:

QUADRO 43 – SERVIÇOS DA OUVIDORIA

SERVIÇOS DA OUVIDORIA
Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Sugestão de aprimoramento dos serviços do TCE-PI acerca das oportunidades identificadas
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

- Tipos de manifestação recebidos pela Ouvidoria do TCE/PI:

QUADRO 44 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar

resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias

Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje

Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário

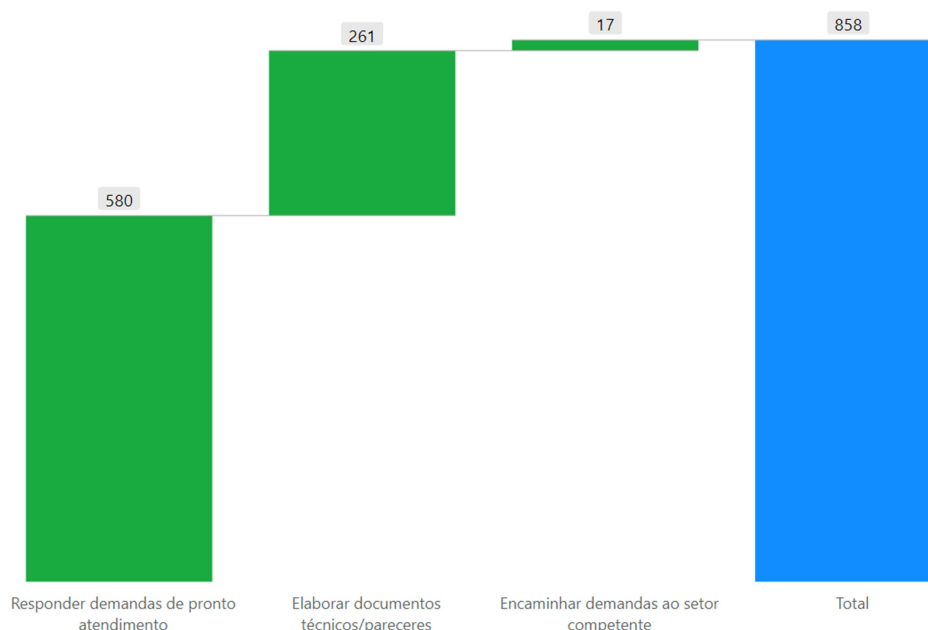
- Canais de comunicação:

QUADRO 45 – CANAIS

CANAIS
Portal: http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/
E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br
Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843/ 0800-280-5677
Whatsapp: (86) 99423-5047
Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900
Formulários de manifestações ao TCE-PI (Central do Cidadão)
Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo de atendimentos realizados e demandas respondidas pela Ouvidoria no período:

FIGURA 5 – ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria.

4.10. Comunicação

A Comunicação Social – CS do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à Comunicação Social a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Comunicação Social em números no período:

FIGURA 6 – ATIVIDADES DA CS



Fonte: Comunicação Social.

O 1º trimestre de 2022 foi marcado pela retomada de atribuições do Tribunal, bem como a cobertura completa da sua agenda de atividades. Tais como reuniões, eventos, palestras e debates tanto virtuais quanto presenciais, para além de levantamentos e processos, também publicitou campanhas sociais internas e externas.

Durante os três primeiros meses do ano, a comunicação acompanhou algumas mudanças importantes, dentre elas a nova identidade. Produzindo manual que contém o novo layout e trata da normatização e atribuições visuais da marca TCE-PI.

Outro elemento de destaque em relação ao desempenho da CS no primeiro trimestre do ano foi o engajamento de pautas sociais em concomitância com a agenda pública em datas comemorativas de conscientização e participação de eventos.

Durante o período a Comunicação também emitiu uma importante ferramenta, produziu um guia a fim de alinhar a comunicação institucional tendo em vista minimizar os erros e possibilitar maior organização e eficiência na comunicação entre os setores do Tribunal.

Contudo, priorizou a continuidade e fomentação de instrumentos de transparência por meio da codificação de informações técnicas provenientes de auditorias e processos, objetivando a fácil compreensão da sociedade em geral.

4.10. Gestão Patrimonial

Compete à Divisão de Patrimônio e Logística – DPL as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabela a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:

QUADRO 46 – ATIVIDADES DA DPL

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
Seção de Almoxarifado – SA	Requisições de Material (RM) atendidas	1.163
	Requisições de Material (RM) canceladas	38
	Suprimentos de Fundo Finalizado	0
	Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	13
	Notas fiscais recebidas com Material Permanente	0
	Valor Notas Fiscais - Material de Consumo	38.612,87
	Valor Notas Fiscais - Material Permanente	00,00
	Valor Notas Fiscais – Suprimento de Fundos	00,00
	Valor Total das Notas Fiscais	38.612,87
Seção de Transportes – ST	Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	22.068,70
	Aquisição de peças e serviços	10.139,29
	Locação de Veículos	-
	Renovação de Documento de Veículos	-
	Renovação Apólices Seguro Veículos	4.000,00
	Rotas em Teresina e Região Metropolitana	296
	Rotas Intermunicipais	-
	Municípios Visitados	34

SEÇÃO	ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Quilômetros Rodados		22.176
	Suprimentos de Fundo Finalizados		2
Seção de Manutenção – SM	Contratos fiscalizados		4
	Suprimentos de Fundo finalizados		-
	Atendimento a demandas internas diárias		306
	Atesto Efetuados em serviço de consertos solicitados		199
	Fotocópias		2.700
	Encadernações		96
Seção de Controle de Patrimônio – SCP	Receber e Incorporar Bens Patrimoniais		166
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais		-
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais		225
	Emissão de Termo de Responsabilidade		162
	Controle de Documentos/Processos no e-TCE		17
	Rotinas patrimoniais (Aquisição)		-
	Rotinas patrimoniais (Desfazimento)		-
	Emissão de Tombamento – Bens Novos	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	155
		Bens De Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	1
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	10
	Baixa de Bens - Bens para Doação / Permuta / Cessão / Descarte	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	-
		Bens de Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	-
		Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
Seção de Arquivo Geral – SAG	Atendimento de solicitações escritas		30
	Correspondências Internas expedidas		-
	Correspondências Internas recebidas		-
	Atendimento com retorno à Presidência		-
	Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos		740
	Assinaturas solicitadas		376
	Recebimento e controle de processos		-
	Envio de Processos via Correios (AR's)		298
	Controle de Retorno de Correspondência (AR's)		-
	Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios. Plataformas Digitais		385



SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
	Recurso	2
	Denúncia	29
	Representação	59
	Embargos/Agravo e Inspeção	-
	Prestação de Contas Estaduais e Municipais	220
	Tomada de Contas	-
	Tomada de Contas Especial	25
	Processos de Aposentadorias e Pensões (SISPREV)	697
	Processos de Aposentadorias e Pensões	833
	Processos de Admissão de Pessoal	25
	Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	-
	Consultas	6
	Auditorias	24
	Inspeção	24
	Inspeção Extraordinária	-
	Multas	96
	Pedido de Reexame	6
	Pedido de Revisão	04
	Processo Ordinário Administração	15
	Requerimento Administrativo	35
	Ordem Judicial	2
	Protocolo de Atendimento	151
Seção de Compras – SCOM	Orçamentos Coletados	403
	Fornecedores Cadastrados	6
	Aquisições Diretas	7
	Produtos Catalogados	81
	Ordens de Fornecimento ou Serviço Emitidas	0
	Termos de Referência Elaborados	1
	Projetos Básicos Elaborados	-
	Fornecimento de Serviços a Terceiros	-
	Xerox	-
	Encadernações	-
	Cartões de Frequência	-
	DVD's	-